



ANEXO IX
DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE-PE
(RESOLUÇÃO TC N° 189, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022)

Processo	Descrição	Determinação/Recomendação	Situação	Ações
Processo TC nº: 2200810	Avaliar a execução do Programa Nacional de Imunização (PNI) no município, com fins de identificação das principais causas da queda da cobertura vacinal e suas possíveis soluções, por meio da fiscalização dos processos de trabalho, da estrutura física e de pessoal, relacionados à vacinação de rotina da população.			Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio dos órgãos envolvidos, para implementar em sua totalidade todas as recomendações para o aumento da cobertura vacinal. -03 Unidades Básicas De Saúde com horários estendidos das 14: 00h às 22: 00h sendo estas: UBS Maria Vilma, UAP Oitizeiro 2 e UBS Santo André; -As equipes de saúde realizam ainda vacinação extra-muros, nas escolas e creches da Zona urbana e rural; -Busca-ativa através dos agentes comunitários de saúde e cartazes informativos divulgados através de mídias, redes sociais e atendimento domiciliar. -Monitoramento através dos sistemas Esus -AB e SiPni, sinalizando as vacinas atrasadas, especialmente nas crianças menores de um ano. Para esta ação ser eficaz estamos realizando constantes atualizações cadastrais, tanto domiciliar/territorial quanto individual das crianças e suas famílias.
Processo TC nº: 2200308	Levantamento dos aspectos de segurança que envolvem veículos e condutores que prestam o serviço de	Regularização do serviço de transporte escolar disponibilizado aos alunos residentes no município.		
			Medidas Implementadas parcialmente	
			Medidas Implementadas parcialmente	A Secretaria de Educação em conjunto com os órgãos responsáveis pela regularização dos itens já citados no



	transporte escolar nos municípios pernambucanos. Município: Tamandaré Plano de Controle Externo – Ação 2022			relatório de Auditoria estão em processo para atendimento dos pontos recomendados estando em contato com todos os órgãos competentes (Responsável pela frota dos veículos no município, Controle Interno, demais agentes envolvidos) para que possamos atender e cumprir o prazo estabelecido na Resolução TC Nº 169, de 04 de maio de 2022
Processo TC nº: 2101484	Análise de caso de nepotismo no âmbito da Prefeitura Municipal de Tamandaré no exercício de 2021.	Com efeito, para evitar que situações assim ocorram novamente, considerando o caráter pedagógico que deve revestir as decisões desta Corte de Contas, sugere-se a expedição de Ofício comunicando a unidade jurisdicionada do vício/irregularidade apontado neste relatório preliminar.	Medidas Implementadas	Houve a exoneração da interessada promovida pela Portaria n.º 242/2021 e considerando o caráter pedagógico das decisões emanadas deste Tribunal, foi expedido Ofício comunicando o vício/irregularidade discriminado neste relatório preliminar
Processo TC nº: 2101234	Procedimento instaurado para realizar a apuração do índice de convergência e consistência contábil (ICCpe) do município, o qual foi definido pela Resolução TC nº 128/2021.	Diante do exposto, propõe-se o envio de Ofício de Ciência de Falhas/Vícios ao referido município, nos termos do art. 7º, inciso I, da Resolução TC nº 128/2021, que, embora tenha sido classificada no nível de transparência “ACEITÁVEL”, ainda restaram critérios de avaliação que não foram atendidos ou foram atendidos apenas parcialmente	Medidas Implementadas	O Coordenadoria de Controle Interno juntamente com Assessoria Contábil vem realizando alterações na sistemática dos itens bem como foi feita alteração de software para aprimoramento e alteração do status mencionado em relatório. O município fortaleceu a mobilização de recursos internos onde obteve o resultado de 73,23% na avaliação da ATRICON índice de em transparência pública.
Processo TC nº: 2100930	Levantamento e análise da infraestrutura dos locais de armazenamento e de pontos de aplicação da vacina contra Covid-19. Plano de Controle Externo, ação 2021.	Sugere-se, então, que sejam sanadas as falhas apontadas, tendo em vista o não comprometimento da eficácia, eficiência e efetividade da vacinação no Município de Tamandaré.	Medidas Implementadas parcialmente	Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio dos órgãos envolvidos, para implementar em sua totalidade todas as recomendações no prazo estabelecido.



Processo TC nº: 2100686	Fiscalizar, através de auditorias in loco, a situação das escolas municipais pior avaliadas em termos de infraestrutura (de acordo com as informações do Censo Escolar), de forma a contribuir para a erradicação de estruturas escolares cuja precariedade nem deveria permitir seu funcionamento, bem como levantar e avaliar as medidas básicas de prevenção à Covid-19, tendo em vista o retorno (ou a iminência do retorno) das aulas presenciais nas escolas municipais	Em razão dos Achados acima mencionados, sugere-se a celebração, consensualmente, de Termo de Ajuste de Gestão (TAG) para assinalar prazo para o saneamento das faltas identificadas e relacionadas neste Relatório de Auditoria. Tempo total para correção das irregularidades de 180 dias	Medidas Implementadas	Providenciar a execução das obrigações abaixo discriminadas no prazo pactuado e comunicar a este Tribunal de Contas, até o vencimento de cada obrigação, as medidas adotadas, encaminhando a respectiva documentação comprobatória. Os prazos fixados para cumprimento das obrigações serão contados a partir da data de publicação do extrato do TAG.
Processo TC nº: 2100123	Analisar Demanda de Ouvidoria nº 31479/2021 referente aos Processos Licitatórios nº 006/2021 e 007/2021 do Município de Tamandaré		Medidas Implementadas	
Processo TC nº: 22100765-9	Auditoria para apurar possíveis ilegalidades e irregularidades contidas na Lei Municipal no 580/2021, sancionada em 02/06/2021, pelo Prefeito de Tamandaré e publicada em 12/07/2022, cujo objeto autoriza o Poder Executivo a desafetar, permutar e afetar bens que especifica visando à implantação de novo empreendimento turístico a ser construído nos LOTES das QUADRAS C, E e G do Loteamento Privê Enseada dos Carneiros, Município de Tamandaré, de propriedade da PROJETO 20 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA		Medidas Implementadas	
Processo TC nº: 22100638-2	Auditoria para apurar possíveis ilegalidades e irregularidades contidas na Lei Municipal no 581/2021, sancionada em 18/06/2021, pelo Prefeito de			



	Tamandaré e publicada em 18/05/2022, cujo objeto autoriza o Poder Executivo a desafetar, permutar e afetar bens imóveis pertencentes ao município de Tamandaré visando a implantação de empreendimento imobiliário privado a ser construído nos lotes entre a rua projetada 08 (à leste), rua projetada 05 (à leste), quadra 16 e 14 (ao norte) e quadra 15 e 13 (ao sul).			
Processo TC nº: 22100024-0	Tendo em vista solicitação do Ministério Público de Contas do Estado de Pernambuco MPCO, em Representação nº 004-2022, apurar a regularidade da contratação do escritório Monteiro e Monteiro Advogados Associados, através da Inexigibilidade nº 014-2020, sob os prismas da legalidade, necessidade e economicidade.		Medidas Implementadas	O contrato do referente Auditoria foi celebrado no ano de 2020 encerrado 11 de dezembro de 2020, não havendo nenhum termo aditivo para sua prorrogação. Documentações comprobatórias foram juntadas ao processo.
Processo TC nº: 21100772-9	Auditoria Especial para apurar a viabilidade econômica da execução dos serviços nos moldes como descritos no edital do Pregão Eletrônico nº019/2021, contratação de serviços continuado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos não perigosos, abrangendo o tratamento e destinação ou disposição final ambientalmente adequada, em regime de empreitada por preço unitário, notadamente quanto à alteração de localidade para depósito e gerenciamento de resíduos sólidos domiciliares.	1. Elaboração e apresentação dos estudos detalhados de viabilidade técnica e econômica para depósito de RSD Resíduos Sólidos domiciliares provenientes do município de Tamandaré em aterros sanitários da região (item 2.1.5) 2. Elaboração e apresentação da composição de custos unitários levando em consideração o valor da taxa de descarrego cobrada pelo aterro sanitário selecionado somada aos custos de transporte entre a coleta e a destinação final dos resíduos informando a DMT - Distância Média de Transporte (item 2.1.5) 3. Somente realizar novos certames licitatórios para a contratação de serviços continuados de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos não perigosos, gerados pelo	Medidas Implementadas	Foi determinada a anulação do referido procedimento licitatório, conforme documentos em anexo (anexo), de modo que resta patente a perda do objeto da auditoria especial em tela, sobretudo em razão da ausência de irregularidade, nem tão pouco houve qualquer dano ao erário, razão pela qual requer que seja arquivado o processo em comento, em razão de que inexistem irregularidades graves.



		<p>município de Tamandaré - PE justificando-se que os custos sejam inferiores e\ou apresentando maior vantajosidade econômica e qualitativa do contrato em vigência atualmente depositados no Aterro Sanitário de Rio Formoso (item 2.1.5) APLICAÇÃO DE MULTA 1. Aplicação da penalidade pecuniária de multa administrativa, conforme preceituado no inciso III do art.73 da Lei Estadual nº 12.600 2004 (Lei Orgânica do TCE-PE) (item 2.1.5)</p>		
Processo TC PI2100341	<p>Procedimento instaurado para verificar o atendimento das exigências definidas pela Resolução TC nº 122/2021 referente à transparência quanto ao Plano de Vacinação contra a COVID-19.</p>	<p>Ofício com Alerta de Responsabilização, para que sejam adotadas, efetiva e tempestivamente, as medidas corretivas necessárias ao saneamento das falhas detectadas pela equipe técnica deste Tribunal, apontadas neste Relatório de Levantamento.</p>	Medidas Implementadas	
Processo TC PI2100123	<p>Ao servidor Antonio Geraldo, para oficial a Prefeitura de Tamandaré, a fim de explicitar pra CPL a vasta jurisprudência contrária à exigência de visto do CREA local para habilitação de empresas de fora no estado no momento da licitação, a fim de que tal cláusula seja expurgada dos editais citados pelo requerente, quais sejam: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021 – TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021 e PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2021 – TOMADA DE PREÇO Nº 02/2021.</p>		Medidas Implementadas	
Processo TC PI2001045	<p>Vistoriar as instalações físicas das escolas municipais com o objetivo de obter diagnóstico do quanto as escolas municipais estão preparadas para uma possível retomada às aulas. No caso de existência de</p>	<p>Ofício com Alerta de Responsabilização, para que sejam adotadas, efetiva e tempestivamente, as medidas corretivas necessárias ao saneamento das falhas detectadas pela equipe técnica deste Tribunal, apontadas neste Relatório de Levantamento.</p>	Medidas Implementadas	



	<p>Protocolo Municipal, será verificada a compatibilidade com o estadual e adaptação do checklist, tendo por base o Protocolo Estadual estabelecido pela Secretaria Estadual de Saúde mediante entrevista com os gestores da área de educação (ou solicitação de esclarecimentos) com o objetivo de identificar as principais medidas de planejamento para uma eventual volta às aulas bem como para complementação do "checklist" nos aspectos que não puderem ser evidenciados nas vistorias. A entrevista abrangerá temas como as adequações dos contratos de apoio (merenda, transporte escolar, limpeza e conservação) bem como a aquisição de insumos (materiais/equipamentos para higienização e EPI's) necessários ao retorno das atividades presenciais, bem como esclarecimentos a respeito de aspectos pedagógicos e de logística do retorno.</p>			
--	--	--	--	--

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.